



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28/09/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 17ª audiência pública semipresencial desta Comissão, do ano de 2022.

Esta audiência tem como tema o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2022, atendendo ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará a avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

De forma que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorio-online. Também pelo Facebook e YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência está sendo publicada no Diário Oficial da Cidade, desde o dia 10/09/2022, e foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*, no dia 13/09/2022, e na *Folha de S.Paulo*, no dia 20/09/2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 10/09/2022, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e permanecerão abertas até o final da fala do Secretário Municipal da Fazenda.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda, que comparece acompanhado da Sra. Claudia Bice Romano, Assessora Econômica, e dos Srs. Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento Municipal e Henrique de Castilho Pinto, Subsecretário do Tesouro; o Sr. João Antônio da Silva Filho, Conselheiro Presidente do TCM, que será representado pelo Sr. Gustavo Felipe Ripper Chairéo de Souza, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle, os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Agradeço ao Wallace e à Amanda, que estão aqui na tradução de Libras.

Muito obrigado pela presença Secretário, muito obrigado Gustavo. Imediatamente passo a palavra ao Sr. Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Bom dia Sr. Presidente, bom dia a todos, Srs. Vereadores presentes, bom dia ao Gustavo, representando o Presidente do Tribunal de Contas do Município, bom dia aos cidadãos participantes desta audiência pública. Nós estamos aqui, mais uma vez, cumprindo ao § 4º, do artigo 9º, da LRF e vamos fazer um balanço geral sobre os resultados fiscais da Prefeitura, do segundo quadrimestre de 2022.

Peço licença para compartilhar a minha apresentação, que já foi encaminhada à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Pode colocar, Secretário.

A SRA. MÁRCIA - Presidente, o Vereador Rodolfo Despachante entrou na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bem-vindo, Vereador Rodolfo Despachante. Pode seguir, Secretário.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Muito bem. Mais uma vez bom dia. Bom dia, Vereador Rodolfo, que acaba de adentar à audiência.

Nós vamos fazer a apresentação nos mesmos moldes que comumente fazemos em cumprimento da LRF. Vamos começar pelas receitas. A apresentação está dividida entre as receitas, despesas e os resultados fiscais, especialmente a de dívidas.

Apenas como preâmbulo, quero dizer que nós tivemos resultados muito positivos, já começamos a sentir os efeitos do cancelamento da nossa dívida, em decorrência do acordo que fizemos com a União. Também já percebemos um aumento, uma aceleração dos investimentos, uma aceleração das despesas. Parece que as coisas já vão voltando, então, ao seu ritmo normal.

Então, aqui é a receita consolidada. Nós tivemos um aumento de 19,5, em valor nominal, da nossa receita corrente, em uma comparação com 2021. Nós tivemos, no primeiro quadrimestre, só para ilustrar, esse índice em 17%. Hoje estamos em 19,5%, o que mostra que a receita continua tendo um comportamento acima da inflação, o que é uma boa notícia. A receita recorrente, que são as nossas receitas de tributos, basicamente, está crescendo 20,6% e a receita não recorrente tem uma queda de 14,7. Isso, basicamente, é a Covid. Quer dizer, com o

fim da pandemia, nós obviamente recebemos menos recursos do Governo Federal. Então, é por isso essa queda, de 14,7%.

Eu também quero fazer uma observação, Sr. Presidente: no relatório do primeiro quadrimestre, eu passei uma informação sobre o comportamento das receitas do sistema financeiro, dizendo, inclusive, que elas são um dos indicadores para a nossa atividade econômica na cidade. Estávamos um pouco preocupados, porque sentimos uma queda nas receitas do sistema financeiro, as receitas de bancos. Isso poderia indicar um ciclo recessivo, uma queda na atividade econômica. Para nossa alegria, nós não tivemos a confirmação disso, embora haja certa estabilidade nesses números, mas nada que indique, pelo menos, internamente, que vamos ter uma redução de atividades.

Agora, obviamente, o cenário, tanto nacional como internacional, ainda é muito instável. Há notícias de eventual recessão global, começando pelos Estados Unidos, mas a boa notícia é que, pelo menos, internamente, nos nossos indicadores, não temos mais essa preocupação. Pelo menos, não há nas receitas que nós acompanhamos nenhum indicador de que isso possa acontecer em um curto período de tempo.

Nós tivemos, também, outro importante crescimento, que são as receitas de capital: 37,5%, em valores nominais. Aqui, vamos ter Cepacs da Água Espreada, que nós conseguimos vender. Foram aproximadamente 500 milhões. Tivemos um aumento grande, também, nas outorgas onerosas para novas obras, na ordem de 700 milhões. Isso também é um bom sinal, porque indica atividade da construção civil forte. Há depósitos judiciais de 1,3 bilhões, também.

Esta é a receita intraorçamentária. Basicamente, o que está mais evidente para nós é que são as receitas relativas intraorçamentárias, volto a dizer, decorrentes da reforma da Previdência. Então, nós fizemos várias alterações, com a reforma da Previdência, e isso já está dando seus efeitos.

Ainda com relação a concessões, nós temos a previsão de já receber, ainda no ano de 2022, a outorga do serviço funerário, que, pelo que se estima, são 600 milhões de reais que devem entrar em caixa da Prefeitura ainda em 2022.

Agora, fazendo um pequeno detalhamento das receitas, nas nossas receitas tributárias, dos nossos impostos, taxas e contribuições de melhoria, nós tivemos um resultado de 3,9, que está bem alinhado com o primeiro quadrimestre, que foi 14%. Mantemos uma estabilidade, um pouco acima da inflação.

As receitas de contribuição, 26,7. E esse aumento brutal na receita patrimonial, em boa medida, decorre das receitas de aplicações financeiras. Nós estamos, como todo mundo sabe, com Taxa Selic bastante alta, em 13,75%. Por isso nossas receitas de aplicação financeira, juros decorrentes dessas aplicações, aumentaram proporcionalmente.

Na última linha, outras receitas correntes. O item mais forte dessas outras receitas é o aumento das multas de trânsito. Tivemos uma suspensão das multas de trânsito durante o período da pandemia e também uma redução das autuações, até porque a circulação ficou diminuída. E agora, com o represamento disso durante a pandemia, na hora que liberou, obviamente, as receitas decorrentes dessas multas, agora, estão entrando numa velocidade maior, por isso essa diferença grande de 151%, que basicamente é isso.

Agora detalhando por tributo. O ICMS ficou em 10.6%, que é basicamente um pouquinho abaixo da inflação. No primeiro quadrimestre estava até um pouco pior...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permita uma correção, é o IPTU, Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sim, desculpa. Perdão, me confundi. É o IPTU.

Esse resultado do primeiro quadrimestre mais baixo é porque o número de parcelamento foi menor neste ano. Agora, começando a entrar as parcelas, já começamos a acelerar de novo e recuperar.

Outra nota importante é o ITBI, que ainda está negativo, mas a desaceleração, tivemos em 2021 um crescimento muito forte do ITBI, provavelmente transações que estavam também represadas, enfim, a retomada da comercialização de imóveis, do setor imobiliário. Depois tivemos uma queda muito grande, porque isso, obviamente, começou a retomar para os padrões normais e podemos perceber que ele já está novamente voltando para os padrões

normais. Enfim, já foi uma queda menor, imaginamos que isso vai agora começar a acelerar novamente.

O ICMS, agora sim. Em termos reais, o ICMS está muito próximo de zero. Provavelmente, agora no último quadrimestre, vamos ter os efeitos um pouco mais agudos da redução do ICMS que o Governo Federal acabou fazendo, acabou reduzindo esse ICMS da energia elétrica dos combustíveis. Isso está causando um impacto na arrecadação de ICMS do Estado e obviamente, conseqüentemente, aqui da Prefeitura o impacto poderia ser maior, mas ainda assim teremos um impacto, provavelmente, no último quadrimestre não vai ser muito positivo.

E com relação ao IPVA, houve um aumento também, que decorre de uma boa melhora no mercado, mas também do aumento dos preços. Os preços dos automóveis novos e também dos usados tiveram um acréscimo grande nos últimos meses e obviamente isso reflete na nossa arrecadação, da nossa parcela de IPVA.

Então veja, que no fim das contas, o resultado final ficou em 13,8%, que é, praticamente, a inflação, um pouquinho acima da inflação real. Basicamente acho que é isso.

Aqui uma informação positiva. Nós continuamos ainda gerando um saldo líquido de novos empregos na cidade, saldo acumulado de 300 mil, considerados a partir de julho de 2021. Mas a gente vê que, mensalmente, a gente continua com saldo positivo da geração de empregos na Cidade, o que mostra que a atividade da Cidade está ainda aquecida.

Aqui, as receitas de capital. Tivemos, em 2022, uma parcela pequena ainda, mas é basicamente do Avança Saúde, que é o nosso financiamento com o BID para as obras de reestruturação do setor da saúde. Temos um pequeno recebimento de um financiamento do PNAFM. Embora esse número seja percentualmente grande, no fundo nós tivemos poucos ingressos em relação a operações de crédito.

Temos aqui, também, como uma nota importante, nas outras receitas de capital, basicamente aquilo que que já havia falado. Tivemos os Cepacs da Águas Espreadas, que foram leiloados, dando uma receita de 500 milhões aproximadamente; as outorgas onerosas, como eu

falei, aceleraram bastante, tivemos um recebimento grande disso; e os depósitos judiciais.

Então, entramos nas despesas. Aqui, vamos perceber que visivelmente já há uma aceleração das despesas da Cidade – não só investimentos, mas despesas correntes. Aqui nas despesas correntes, 14%, já um pouco acima da inflação; e as despesas de capital, 11,3%. Em comparação com o ano passado, é bastante importante, porque tivemos ainda no primeiro semestre do ano passado o efeito grave, grande da pandemia; mas a gente já percebe que os investimentos estão acelerando novamente, e a gente provavelmente vai ter resultados melhores esse ano.

Em relação às despesas liquidadas, a gente já tem alguns efeitos de várias revisões de subsídios e salários da Prefeitura. Vou só citar alguns. Tivemos a criação do Programa de Residência, que já está funcionando. Tivemos revisão do quadro dos cargos em comissão na Administração Pública. Tivemos uma revisão - isso ainda em 21, mas com efeitos agora em 22, acelerando –, o novo quadro de pessoal de nível médio. Tivemos também subsídio do quadro técnico da Guarda Civil e Prêmio Desempenho de Segurança, de 3,5 mil reais. Tivemos recentemente outras revisões, como revisões nos quadros de cargos em comissão e dos cargos também de representação. Agora, isso já começa a gerar alguns efeitos. Então, a gente tem, aqui, 15,9% dos ativos. Aí, também, a nota positiva. A redução drástica são esses - 77,8%, que são já efeito do acordo de cancelamento, extinção da nossa dívida com a União. Aqui nós estamos falando só de juros e encargos; a parte principal, a amortização do principal, está em outra tabela. Mas aqui, de juros e encargos, já tivemos uma redução de 77,8%. Isso, obviamente, vocês vão ver no final da apresentação com efeito brutal no endividamento da Cidade, com efeito obviamente positivo.

Também em relação a outras despesas correntes, esse aumento grande também, de 18,5% no primeiro quadrimestre, só para os senhores terem uma comparação. Estávamos em 8%. Então, realmente a aceleração foi grande. Aqui uma das notas importantes é a aceleração da compensação tarifária de transportes, por conta dos aumentos de custos, decorrentes do aumento do diesel e de outros insumos.

Aqui estão as despesas de capital liquidadas. Nossos investimentos, como eu disse, estão se acelerando, num crescimento de 118,2% e aqui, como eu disse, na última linha, a amortização da dívida era de 40%. Teve algum efeito, neste ano, porque nós fizemos pagamentos em janeiro ainda em relação à dívida, mas agora a tendência disso é zerar.

Aqui obviamente eu estou falando apenas da dívida com a União, que foi zerada por conta do acordo do Campo de Marte. Obviamente há outros contratos menores, mas há um acordo. O Campo de Marte é o que dá esse efeito mais grave aqui.

Aqui também há um quadro com relação aos restos a pagar. A gente começou o ano com um saldo de 7,53 bilhões. Cancelamos 1,6 bilhão e liquidamos 3,83. Temos ainda um saldo de 2,37 bilhões de restos a pagar. A gente imagina que, ao chegar ao final do ano, está praticamente zerado.

Com relação ainda às despesas, há uma nota importante com relação aos precatórios. No fim das contas, hoje essa é a maior dívida da cidade. Então, a Prefeitura tem feito um esforço para acelerar a quitação dos precatórios. Obviamente temos dado prioridade aos acordos, onde a gente consegue ter uma redução do valor nominal. Enfim, fizemos aí, temos um crescimento de 31,5% dos pagamentos de precatórios em comparação com o ano de 2021. Isso mostra que a Prefeitura está fazendo esforço também para zerar esse passivo, que hoje é mais de 20 bilhões de reais.

Aqui ainda sobre as despesas, nós temos aí algumas questões importantes. A despesa com educação cresceu 2% e transporte, como eu disse, 28%, em razão aí da cobertura do déficit da compensação tarifária. As subprefeituras também estão com um aumento grande, de 107%, também boa parte muito em relação à zeladoria.

A SRA. MÁRCIA – Sr. Secretário, desculpe-me. É a Márcia.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Oi, Márcia. Pois não.

A SRA. MÁRCIA – Não está mudando a apresentação para a gente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Na verdade, esses dados não estão nas tabelas.

A SRA. MÁRCIA – Ah, desculpe-me.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Imagine. Eu estou só fazendo umas observações. Eram só alguns apontamentos aqui meus pessoais, mas eles não estão na tabela. Enfim, sobre as despesas era isso.

Aí então, passamos agora a falar sobre as dívidas, os resultados das dívidas e os nossos limites aqui. Já como eu disse, a situação é bastante positiva. Bom, nós tivemos aí um resultado, no período, de 14 bilhões. No segundo quadrimestre de 2021, esse resultado estava em oito bilhões e, no primeiro de 2022, sete bilhões. Então, de fato, alguns efeitos aqui já podem ser sentidos.

Aí então a nossa tabelinha de resultados, a nossa receita primária total é de 55 bilhões. As despesas primárias pagas são 41; restos a pagar pagos, 255; os não pagos, 3,517 bilhões; e a despesa primária total é de 45 bilhões, gerando um resultado primário de 10,222 bi. A nossa meta da LDO estava menos 1,338, com juros e os encargos - ativos e passivos - passamos para um resultado nominal, acima da linha, de 11 bi. São 11,152 com uma meta que foi definida na LDO de menos 4,254 bi.

Aqui, com relação aos nossos limites, continuamos numa situação bastante positiva. Gastos totais com Pessoal na faixa de 29; zero por cento em Garantia de Valores; e zero por cento em Garantias de Crédito, praticamente zero por cento, 0,001%.

Então chegamos ao resultado, vejam aqui, tivemos um resultado bastante positivo, redundando aqui nesse gráfico em que aparece a nossa dívida consolidada em relação à receita corrente líquida, está agora negativo. Negativo porque, obviamente, nós temos caixa e esse caixa torna isso negativo. E, aqui, só para fazer uma nota importante: a Agência FIT que faz a nossa avaliação de riscos, periodicamente, acabou de concluir o trabalho. Nós passamos a ter uma nota, a qual chamamos de isolada, *stand alone*, uma nota a menos, que é grau de investimentos. Nós subimos ainda 3 degraus na nossa Nota Geral.

Agora nossa Nota de Sustentabilidade da Dívida é triple A, ou seja, AAA, que é a nota mais alta, ou seja, estamos numa situação, em termos de risco de crédito, absolutamente

positivo e algo realmente inédito para a cidade São Paulo. Isso vem só confirmar uma tendência, que já começou ao final de 2016, 2015, 2016 - e chegamos a um endividamento negativo.

Basicamente eram essas as informações, Presidente, fico à disposição mais uma vez. Terminei a apresentação. Estamos à disposição para dúvidas e questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, continuo dizendo que o senhor só traz notícias boas para nós. Entendi que tem 14,4 em caixa, e que o ISS, que é um imposto e é contínuo tem muito a vir, é isso, e pode até melhorar.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - A situação é positiva, sim, Presidente. Tivemos um resultado positivo e estamos num esforço, a Prefeitura como um todo, de fazer, de fato, os investimentos que estão previstos no Programa de Metas, no PPA, enfim, para os quais esses recursos já estão reservados.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ok, obrigado, Secretário. Quero chamar o Gustavo, que está representando o nosso querido Conselheiro Presidente do TCM João Antônio.

O SR. GUSTAVO FELIPE RIPPER CHALRÉO DE SOUZA - Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Sr. Secretário Guilherme, colegas da Secretaria da Fazenda e a toda a sociedade que nos acompanha.

Serei breve na minha fala, mas sou Gustavo Ripper, trabalho na Auditoria do Tribunal de Contas do Município e faço parte da Coordenadoria I. Essa área, a nossa Coordenadoria é responsável por fazer todas as auditorias no âmbito da gestão financeira, orçamentária, fiscal e contábil do Município de São Paulo.

Então, além daquela tradicional análise das contas do exercício, onde elaboramos o Relatório Anual de Fiscalização, que é o subsídio para o Parecer Prévio sobre as contas do Município, nós também fazemos o acompanhamento em tempo real, dentro do exercício, não somente com exercícios fechado, em tempo real, da gestão orçamentária, financeira e fiscal.

Além dos trabalhos destinados ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira, fazemos também auditorias no âmbito do planejamento orçamentário tendo como objeto as leis orçamentárias, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, e LOA também onde um

dos nossos objetivos é subsidiar os trabalhos da Câmara. Também fazemos o acompanhamento da gestão fiscal por meio daqueles acompanhamentos da LRF, Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma quadrimestral e bimestral onde a gente divide em grandes temas. Seria o acompanhamento dos limites da despesa de pessoal, dos limites da dívida pública, de endividamento, todos os demais limites fiscais, demonstrativos fiscais e o acompanhamento da execução dos resultados primários nominais, os resultados fiscais frente as metas fiscais.

A nossa conclusão vai muito na linha da apresentação do Secretário: que a situação financeira, econômica e fiscal do Município de São Paulo é bastante favorável. Tem uma folga financeira bem significativa, uma margem de segurança bem significativa. É a melhor situação quando a gente considera os nossos dados históricos, da história recente, quando a gente pega toda essa série de dados para trás, é a melhor situação que a gente vê o município com bastante folga, bem favorável. É uma situação bem favorável.

O acompanhamento dos resultados fiscais tem o grande objetivo, de acordo com o artigo 59 da LRF, onde o Tribunal tem como papel fazer esse acompanhamento se a realização da receita vai comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais lá na LDO. Então, as metas fiscais foram definidas na LDO para 2022 e essas metas foram negativas. Então lá no acompanhamento do projeto, a gente fez a avaliação do planejamento, lá atrás, da fixação das metas. E aí, nos últimos projetos das LDOs, nós, do Tribunal, temos feito ponderações em relação à metodologia de cálculo para o estabelecimento das metas fiscais. Então, por exemplo, no último projeto da LDO para o exercício 2023 discutido no primeiro semestre deste ano, os nossos trabalhos abriram a metodologia com a finalidade de entender de forma mais aprofundada a base de cálculo. Identificamos que a metodologia não está adequada, não está refletindo a realidade porque tem se adotado premissas que não estão de acordo com o comportamento histórico das finanças municipais. Estão relacionadas ao investimento, à utilização do superávit financeiro, à projeção para cálculo da receita de ISS.

Essa metodologia utilizada pela Prefeitura tem gerado metas subestimadas bem abaixo da realidade, inclusive em metas fiscais negativas. Isso temos apontado nos últimos

acompanhamentos das leis orçamentárias. Apontamos nesse último projeto de LDO para 2023 para o ano que vem.

Então, lá no momento do acompanhamento da LDO, a gente estava tratando de planejamento, no estabelecimento das metas, na fixação das metas de resultados fiscais. Nesse segundo momento, no momento de agora, estamos tratando de execução. Então, quando a gente analisa a execução dos resultados fiscais obtidos, só corrobora aquilo que a gente identificou lá atrás no estabelecimento das metas.

O próprio Secretário apresentou a meta de resultado primário, por exemplo, foi negativa. A meta estabelecida na LDO de 2022 foi negativa em um bilhão e o resultado primário apresentado até o bimestre de agosto pelo Secretário foi de 10 bilhões positivos. O resultado primário foi de 10 bi positivos. Então, há uma diferença em módulo muito grande. Enquanto a meta é negativa, o resultado foi muito expressivo, o que demonstra essa falta de razoabilidade na fixação das metas. O resultado agora, a execução agora, só corrobora para a metodologia de cálculo lá no planejamento.

Então, os resultados fiscais, apresentados pelo Secretário, até o bimestre atual, foram positivos, bem superiores aos projetados, ampliando até a disparidade já identificada nos nossos acompanhamentos em referência aos 1º, 2º e 3º bimestres deste ano, os acompanhamentos realizados pelo Tribunal.

Então, dada essa contextualização, o acompanhamento do bimestre atual, de 2.022, não indica a necessidade de alerta pelo Tribunal, nos termos do artigo 59, da LRF, considerando que a arrecadação auferida pelo Município está bem acima do previsto para o período. Os resultados fiscais estão bem acima do previsto, bem acima das metas de resultado primário e resultado nominal.

São essas as nossas considerações iniciais do Tribunal de Contas, Sr. Presidente. Permanecemos à disposição.

Obrigado e boa audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gustavo.

Temos algumas inscrições. Vamos começar pela semipresencial. Guilherme Santos Rocha. (Pausa)

Segunda inscrição: Daiani Rocha. (Pausa)

Terceira inscrição: Camila Marques dos Santos Alquerro. (Pausa)

Quarta inscrição, de forma híbrida: Nathalia dos Santos Correia. (Pausa)

Agora, quinta inscrição: Carolina Ribeiro. (Pausa)

Sexta inscrição: Débora Chavier Fagundes de Souza. (Pausa)

Sétima inscrição: Inalda da Silva. (Pausa)

A última inscrição de forma híbrida: Carina Nunes Costa. (Pausa)

Agora, temos duas inscrições presenciais. Eu peço à Assessoria que se tiver alguém que eu já chamei e que, talvez, não tenha conseguido pegar a tempo, que me avise para que a pessoa inscrita possa fazer uso da palavra,

Então, a primeira inscrição presencial: Marcelo Nerling, Professor.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Bom dia a todos e a todas.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto, em sua pessoa saúdo todos os demais Vereadores desta Casa; saúdo os técnicos desta Casa; o Sr. Secretário; o representante do Tribunal de Contas; os alunos e os egressos da Universidade de São Paulo; bem como a comunidade toda.

Rapidamente, teço alguns comentários, me assusta um pouco, e em especial, quando eu vejo alguns destaques do Secretário. A compensação tarifária de 20% no transporte. Quer dizer, ela impactou o aumento do óleo diesel, mas ela não reimpactou a diminuição desse custo, principalmente porque nós temos um impacto depois na formação do ICMS. Isso já é perceptível no radar do Executivo.

Também me chama a atenção as despesas com pessoal e o não cumprimento do disposto no artigo 55, Inciso I, quando se fala 29% de despesa com pessoal, não se detalha o que é ativos e inativos, como venho reiteradamente destacando aqui que não temos um orçamento fiscal e um orçamento previdenciário como a lei determina. Ou seja, venho novamente

depois de um ano, no ano passado participei dessa mesma audiência pública destacando os mesmos fatores e dizendo que eu não consigo ensinar aos meus alunos, porque a prática desta Casa não é condizente com o mundo de dever ser.

Ou seja, o mundo do ser não é condizente com a regra do direito, como o dever ser. Não se cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, isto começa, podemos prestar atenção na própria convocação desta reunião, é uma audiência pública não fundada no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas sim no artigo 9º, § 4º, mas é importante destacar que misturamos aqui e isto não fica explícito, o artigo 9º, § 4º, que trata exatamente da temática da formação ou da demonstração e também da avaliação, ou seja, dois movimentos. Um movimento é a demonstração e outro movimento é a avaliação do cumprimento das metas fiscais.

Vejam como isto é tênue, de qualquer sorte o nosso grande drama aqui, e sentimos um verdadeiro cheiro de crime de responsabilidade quando tenho que apontar isso aos meus alunos, porque eu não consigo ensinar a eles com base na prática desta Casa. E estamos falando do sétimo maior orçamento deste país. Estamos falando de quase 70 bilhões de reais com um controle pífio, que é diferente de um pequeno município, vamos pegar Borá, que é talvez o menor Município do Brasil, aqui de São Paulo. E a nossa perspectiva de apresentação de dados é vexatória, é triste, é lamentável, não é pedagógica.

Então, vejam o que diz o artigo 54, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que fica esquecido. Fica esquecido pelo Executivo, fica esquecido pelo órgão auxiliar do Poder Legislativo, que é um verdadeiro tribunal de faz de contas, quando falamos do artigo 54: ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo Chefe do Poder Executivo; pelo Presidente e demais membros da Mesa Diretora e pelo Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração.

Ou seja, o Tribunal de Contas não cumpre a lei, não apresenta relatório. A Mesa desta Casa, o Poder Legislativo não apresenta relatório, nós consumimos aqui quase 1 bilhão de reais por ano, nesta Casa, e não há relatório. É triste que eu tenha que vir a público, aqui

numa audiência pública, e reiteradamente, ano após ano para dizer, senhores, senhoras, está evidente, parece que o que é mais claro é tão invisível a tantos. E não estou pedindo outra coisa senão o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E para finalizar, Sr. Presidente, destacar que eu de novo, ontem, consultando e compulsando este dado que o Sr. Secretário nos apresenta, ele não aparece na Transparência Ativa. Esse relatório não é consolidado, tanto é que na Transparência Ativa da Prefeitura ele vem como relatório resumido. A própria Sra. Secretária da Comissão fazia uma inquirição ao Sr. Secretário e ele dizia que esses são dados pessoais dele, o que mostra claramente que a Transparência Ativa não é efetivamente realizada por esse Executivo.

Então, deixar aqui consignado o meu lamento e dizer realmente que precisamos avançar, esta é a Cidade mais inteligente do Brasil. Nós não podemos continuar conduzindo os processos da forma como estamos conduzindo, de forma não republicana. É só isso que estamos pedindo. Nós estamos pedindo o cumprimento da legalidade para que nós possamos ensinar bem os nossos alunos e para que nós não precisemos colocar o Legislativo da maior metrópole deste país numa situação como essa que nós estamos apontando, fazendo de conta que o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal não existe, ou interpretando a lei em tiras, algo que não pode continuar acontecendo.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Reforço novamente a importância de que nós tenhamos relatórios de gestão fiscal, principalmente que o Poder Legislativo desta Casa exija do Poder Executivo a apresentação dessas contas, desses relatórios, de forma consolidada e transparente. Até ontem à noite, quando eu consultei os dados, eles não estavam lá; e os dados dos trimestres anteriores estão aquém do que a lei determina.

Portanto, o que nós estamos pedindo é a condição republicana, o cumprimento da norma; e, principalmente, que nós possamos, no mínimo, nos alinhar aos nossos vizinhos da região metropolitana, que têm um processo de transparência muito mais alinhado e muito mais exemplar do que acontece entre o Executivo e o Legislativo e o nosso Tribunal de Contas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Professor. Próximo inscrito e último, Rapper Pirata, presencial.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata) – Bom dia. Cumprimento os legisladores na pessoa do Vereador Jair Tatto. Cumprimento os funcionários da Câmara, representando todos os funcionários públicos, que são poucos na cidade de São Paulo.

E contra o genocídio da juventude pobre, periférica, cumprimento os cidadãos. Sempre vou falar sobre o genocídio, porque não é discurso político, é realidade. E não precisa ser muito louco, só dar um rolê na Sé que verão o que estou falando.

O que eu queria fazer como indicativo é que tem de tornar esse diálogo popular. A Cidade não está aqui e eu queria dizer que o jeito que a CFO faz os dados ajuda bastante a compreender. Também o Íris, do TCM, mostra bastante informação. Então, a tecnologia está no Município e precisa ter transparência. Se for falar de transparência pela Prefeitura, não dá para entender nada.

Falando da LRF, faz uma cota que eu não vejo isso. Os Secretários precisam apresentar os dados, não só o Secretário da Fazenda, mas os Secretários da Subprefeitura, da Cultura, de Assistência Social, precisam apresentar os dados do que se gasta, porque a gente vê os números, gasta-se bastante dinheiro, a Cidade tem dinheiro, mas o Secretário fala “Tem bastante dinheiro e estamos investindo”, mas não é a sensação que a população tem. Então, precisam ser mais transparentes, já que gostam de falar disso.

Por exemplo, a cidade de São Paulo tem R\$ 648 milhões para a Cultura, estão gastando R\$ 280 milhões, que estão empenhados. Não sabemos se vão gastar o resto nesse final. Só que a gente sabe também, quem é da Cultura, que está muito difícil participar do rolê. A gente não sabe as portas de entrada, não sabe como são os gastos, quem ganha, porque não tem edital.

Secretário, outra coisa que precisa trazer também é que se fala muito de funcionários públicos e a gente sabe que a área da Cultura, desde a época do Serra, não contrata funcionários públicos. Então, não tem gastos com funcionários públicos. Pode ter funcionários públicos que

vão se aposentar. Eram 3 mil e poucos, foi para 1.200, agora deve estar em 700. Só que existe uma entrada que a gente não está capitalizando e precisa saber o que é, que é a entrada das OSs: serviço público transferido para a iniciativa privada para dar conta do espaço público. Em algumas reuniões que vejo na Câmara, às vezes, até os próprios Vereadores questionam essa furada. Não tem prestação de contas.

Da última vez, vi em uma audiência aqui uma situação lá no Ibirapuera, lugar dos boys, onde os caras fizeram o espaço e tal. Depois o Poder Público fez parceria e virou espaço da Prefeitura, mas as pessoas que fizeram o espaço privatizaram esse espaço para uma empresa falar que vai cuidar e usar o social.

Só que aí o que aconteceu? Nós estamos falando de um espaço público para a prática de esporte, o cidadão não consegue participar porque os horários a serem cumpridos são da parceria. Olha o conflito. Como que eu vou pegar uma praça, dar para a iniciativa, só que a iniciativa privada quer a praça, e eu, como cidadão, não posso participar? Sacas? Tem uma pá de furadas.

E aí eu gostaria também de saber da Secretaria de Participação... A secretaria que cuida de todas as gestões dessa OSs etc., que eu esqueci o nome. Eu esqueci o nome, que vocês já mudaram. É Participação de Privatização etc. Precisa prestar conta aqui. Vai chegar o orçamento, e não sabemos. E aí os dados são supérfluos. A população não entende os dados de vocês. É difícil compreender os dados. E eu acho que precisa ser isso.

A cidade de São Paulo não é a melhor cidade do mundo. A cidade de São Paulo é uma cidade do país. Então, por ser uma cidade do país, temos que dialogar com todo mundo, porque eu acho que tem cidades mais avançadas que São Paulo.

Só para dar um exemplo: as multas de São Paulo aumentaram 280%. Só para não esquecer essa informação, porque ela não aparece aí. As multas aumentaram 280%. É muita grana.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conta que sim, que na exposição...

Mas vamos lá, o Secretário vai responder.

O Gustavo queria fazer alguma observação.

O SR. GUSTAVO FELIPE RIPPER CHALRÉO DE SOUZA – Só uma observação bem breve.

Eu sugiro o site do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, onde, no Portal da Transparência, divulgamos todos os dados para fins de execução orçamentária do Município de São Paulo, mas também os relatórios do próprio tribunal. Então o Relatório de Gestão Fiscal, o Relatório de Resumo de Execução Orçamentárias, os relatórios fiscais obrigatórios pela LRF constam na Transparência do Tribunal de Contas, para o caso de alguém querer ter acesso. Está tudo disponível lá.

É só esse comentário que eu gostaria de fazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Eu queria fazer só alguns comentários.

Primeiro, em relação aos comentários do Dr. Gustavo.

Enfim, nós, obviamente, temos os nossos critérios, respeitamos e entendemos perfeitamente as colocações que foram feitas.

Na verdade, a nossa meta foi estabelecida nesse exercício, considerando que pudéssemos consumir o nosso superávit – por isso que ela é negativa. Obviamente, para isso depende da aceleração dos investimentos.

Quero só ponderar que é muito difícil, num país como o nosso, fazer previsões de arrecadação.

Obviamente, a Fazenda, por cautela e por segurança, e isso tem sido um dos segredos do sucesso, é, obviamente, conservadora nessa estimativa.

Então, vejam os senhores, um exemplo recentíssimo: de uma hora para outra, o Governo Federal resolve que vai reduzir o ICMS dos estados, e, com isso, o repasse para os municípios. Isso é uma das coisas.

Então estamos no meio de uma guerra entre Ucrânia e Rússia, que está afetando a

economia mundial. E, provavelmente, possivelmente, gerará uma crise econômica, uma recessão. Então é muito difícil termos essa estimativa segura de arrecadação.

O que eu quero só lembrar é que a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando estabeleceu essa obrigação, essa meta, vamos dizer assim, a finalidade precípua era que ficasse previsto um saldo, uma meta, para pagamento de dívidas, ou seja, um saldo que pudesse ser utilizado para abater as dívidas dos entes públicos, dos entes federativos. E isso para nós, hoje, não faz mais tanto sentido, porque nós não temos mais dívidas. A nossa dívida hoje são os precatórios e os financiamentos que nós temos. Então, hoje, o que precisamos é acelerar o investimento. Essa é a meta pela qual temos que correr agora.

Volto a dizer: respeito e entendo perfeitamente as colocações. Inclusive, o Tribunal de Contas é um parceiro importante. Temos uma relação muito próxima e muito profícua, mas, neste caso, há algumas peculiaridades que, do nosso lado, são importantes. Por isso, eventualmente, não se consegue chegar num consenso em relação a esse assunto.

Sobre as colocações do professor Marcelo, primeiro, quero dizer o seguinte: nós temos uma das melhores transparências do Brasil. Não sou eu quem está falando. Nós, periodicamente, cumprindo, rigorosamente, a lei, publicamos todas as nossas informações. O que talvez falte ao professor é um pouquinho de paciência para procurar esses dados, inclusive, estão todos no Siconfi, são avaliados com todo o rigor pela Secretaria do Tesouro Nacional, que todos sabem é bastante rigorosa. Nós não temos absolutamente nenhum problema. Está tudo à disposição, da mesma forma que o Gustavo disse, estão todos os dados à disposição. Se o professor precisar, podemos fazer um tutorial com ele, para que conheça os sistemas, possa acessá-los e ter todas as informações disponíveis; inclusive, as disposições dos dados do Siconfi que tem todas as informações. Se há um ponto da administração pública que tem absoluta transparência é a execução orçamentária e financeira. Então, acho surpreendente que o professor traga isso dessa forma. Inclusive, ele faz uma confusão – e, com todo o respeito, não deveria partir de um professor. O que eu apresentei hoje aqui não é nenhum relatório. É uma apresentação, portanto, óbvio que não estão todos os dados. Até porque, se a gente fosse fazer

uma apresentação, com todas as informações contábeis e financeiras do quadrimestre, ficaria oito horas aqui. O que eu trouxe foram alguns apontamentos mais importantes. É uma apresentação. Os dados, como eu disse, estão todos à disposição. Não tem nenhum dado pessoal do Guilherme, professor.

Eu só faço uma ressalva que eu acho importante: o senhor faz graves acusações e chega a atinar – o senhor acabou de dizer – “um cheiro de crime de responsabilidade”. Então, eu peço a gentileza, de que se o senhor tiver, de fato, alguma suspeita sobre cometimento de crime de responsabilidade, o senhor seja bem claro e faça isso em alto e bom som, para que, primeiro, os órgãos responsáveis fiscalizem e investiguem a sua alegação e para que eu também possa tomar as minhas providências pessoais. Eu não vou admitir que ninguém faça essa alegação numa audiência pública. Então, por favor, peço que o senhor seja expresso e explícito, com o que o senhor está dizendo, com a suposição que o senhor está fazendo. Isso aqui não é uma brincadeira. Isso é uma audiência pública na Câmara Municipal, e a Prefeitura cumpre todas as regras, todas as normas. Então, o senhor, por favor, não me venha com alegações e suposições, está *okay*? Então, era isso.

Com relação ao Rapper Pirata, eu queria só reforçar ao Rapper que a transparência está à disposição. Também estamos à disposição com todos os dados financeiros que nós temos, todos 100%, inclusive, com a transparência ativa; fazendo a consulta, nós informaremos tudo. Não há um centavo da Prefeitura que possa ser objeto de sigilo.

Outra coisa: as multas aumentaram, sim. Isso foi falado na minha apresentação. E aumentaram por uma razão simples: durante a pandemia, havia muito menos carros em circulação, portanto, as autuações diminuíram, mas, mais do que isso, durante a pandemia – você deve lembrar -, as multas não foram cobradas por uma disposição legal. De tal forma que, no momento em que elas começaram a ser cobradas novamente e no momento em que os carros voltaram a circular novamente no seu fluxo normal, obviamente nós tivemos um crescimento que, com o tempo, tende a se equalizar e voltar ao normal.

Então acho que era isso, Presidente. Fico aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Professor queria uma tréplica. Eu peço ao Professor... Eu também vou escrever um artigo sobre tudo que foi exposto pelo Secretário. É um direito universal. Nós não temos essa prática na Comissão e não abrirei exceção. Todos esses dados certamente já estão em (ininteligível). Se não estão, o Secretário vai colocar à nossa disposição a planilha toda, a exposição. Então não há essa prerrogativa nas nossas audiências, então peço ao professor que se pronuncie de forma pública – não é, Secretário? -, não há problema nenhum.

Mário, seria sobre isso?

O SR. MÁRIO – É, ele quer se manifestar, acho que pelo que o Secretário falou.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não será possível, até porque estamos correndo contra o tempo e temos uma grande missão pela frente.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Sem tréplica, Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sem tréplica.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Fui citado, ele fala o que fala e eu...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu lhe dou...

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Eu não o ataquei em nenhum momento e ele me atacou pessoalmente. E ele passa pulando na cadeira que nem pipoca e não quer ouvir. Isso é uma audiência pública para ele ouvir, e eu falei e fundamentei...

- Falas concomitantes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então vamos fazer o seguinte: você tem dois minutos para... dois minutos, absolutamente dois minutos.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Isso é que é democrático para um espaço chamado audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem dois minutos.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Perfeito. Audiência pública é exatamente para que as autoridades ouçam a população. Nós não conseguimos entender essa metodologia até hoje, não é mesmo?

Mas realmente me choca quando um Secretário vem e comemora uma Taxa Selic a 13,5%, com um caixa de 14 bilhões de reais fazendo rendimentos financeiros, enquanto eu estou aqui andando na rua e, quando eu chego em casa 11h da noite, tem gente com frio e fome na rua, quando eu saio às 6h30 da manhã tem gente me pedindo alimento. Esta é a cidade de São Paulo e ele se orgulha disto?

E eu, com todo o respeito, Exa., quando faço apontamentos aqui, eu citei o Parágrafo 4º do 9º e citei aqui também o artigo 54, do qual ele não deu um pio. É engraçado como ele reage e fica pulando que nem pipoca na cadeira e não responde. Até ontem à noite, os dados que, em tese, não foram colocados no quadrimestre anterior também não foram apresentados ontem, e a transparência ativa é uma falácia.

Não me venha querer ensinar a fazer pesquisa, meu caro Secretário. Eu faço isso, e muito, e ontem pesquisei em vários municípios da Região Metropolitana e talvez V.Exa. pudesse fazer o mesmo e constataria como nós estamos aquém, nesta Capital, em relação às audiências públicas deste relatório que nós estamos falando, recomendando, por final, Sr. Presidente, que na próxima convocação também faça constar, e é exatamente isso que estou apontando, o Artigo 54 casado com o 9º, porque senão nós não vamos fechar a responsabilidade fiscal nunca aqui.

O SR. GUSTAVO FELIPE RIPPER CHALRÉO DE SOUZA – Sr. Presidente, rapidamente, em nenhum momento eu comemorei Taxa Selic de 13,75%. Não sei de onde o nobre professor tirou essa informação. Eu só citei que a Taxa Selic a 13,75% obviamente gerou uma receita financeira superior. Acho que foi só isso. Se ele entendeu mal, provavelmente foi má compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Eu queria dizer para vocês que foi mais uma oportunidade. Obviamente que estamos num momento em que as cabeças estão muito concentradas no processo democrático. No domingo, esperamos que a grande maioria ou toda a população se faça presente, que é um momento silencioso, mas eu diria que é o maior grito que a gente possa dar nas urnas. Então desejo a todos uma boa eleição.

Nada mais a tratar, declaro encerrada a audiência pública desta manhã. Obrigado,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19524** DATA: **28/09/2022** FL: **22** DE 22

Sr. Secretário. Obrigado, Gustavo. Obrigado, Rapper Pirata, que se fez presente. Obrigado, Professor. E até a próxima.
